

Do “Kit Gay” ao “Monitor Da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil

From “Gay Kit” to “Indoctrination Monitor”: conservatory reaction in Brazil

RICHARD ROMANCINI

Professor doutor do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: richardromancini@usp.br. ORCID: 0000-0002-1651-5880.

Edição v. 37
número 2 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (2)
ago/2018-nov/2018

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 87-108, ago. 2018/ nov. 2018.

Enviado em 25 de fevereiro de 2018 / Aceito em 29 de julho de 2018

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i2.1102>

Resumo

Com base em pesquisa empírica de fontes documentais, o artigo discute a reação conservadora no Brasil a partir da análise de dois casos: o chamado “kit gay” e o “Monitor da Doutrinação” (uma plataforma digital, criada por um jornal). Destaca que há, nos dois, um elemento religioso, relacionado ao crescimento demográfico e também midiático dos neopentecostais; neste caso, permitindo a criação de “pânicos morais”. O trabalho mostra como os evangélicos foram se distanciando de Dilma Rousseff, até tornarem-se fortes apoiadores do golpe parlamentar. A comparação entre a vitória alcançada pelos conservadores no caso do “kit gay” e o fracasso do “Monitor da Doutrinação” permite discutir alguns limites do projeto conservador ora em curso.

Palavras-chave

Conservadorismo; Mídia evangélica; Pânico moral; Populismo midiático.

Abstract

Based on empirical research of documentary sources, the article discusses the conservative reaction in Brazil, draws on the analysis of two cases: the so-called “gay kit” and the “Indoctrination Monitor” (a digital platform created by a newspaper). It highlights that in both there is a religious element, related to the demographic and also mediatic growth of the neo-Pentecostals; in this case, allowing the creating of “moral panics”. The work shows how evangelicals were distancing themselves from Dilma Rousseff, until they became strong supporters of the parliamentary coup. The comparison between the victory achieved by the conservatives in the case of the “gay kit” and the failure of the “Indoctrination Monitor” allow discussing some limits to the ongoing conservative project.

Keywords

Conservatism; Evangelical media; Moral panic; Media Populism.

Introdução

O artigo discute as similaridades e diferenças entre os casos do chamado “kit gay”, um significativo exemplo de como políticos e ativistas conservadores constrangeram o governo de Dilma Rousseff, e a iniciativa do jornal digital paranaense *Gazeta do Povo*, inspirada no movimento conservador Escola Sem Partido (ESP), “Monitor da Doutrinação”, que teve breve duração, evidenciando limites da agenda da direita.

A construção de uma retórica de antagonismo com pautas sociais progressistas e a criação de “pânicos morais”, a partir de estratégias relacionadas ao “populismo midiático”, são aspectos destacados. Discute-se, assim, como essas situações demonstram, por um lado, o fortalecimento de grupos conservadores e fundamentalistas no Brasil e, por outro, a dificuldade, mais clara no segundo caso, que eles têm de imporem suas ideias no Brasil pós-golpe parlamentar, no complexo ambiente de um “novo regime midiático” (CARPINI, 2018).

Antes da exposição desses dois casos, é feita uma descrição de um ator político relevante (principalmente no primeiro caso): os grupos evangélicos, bem como do uso estratégico que fazem da mídia. Depois, na apresentação dos casos, é dada ênfase às formas de comunicação utilizadas para construir seu enquadramento sob a ótica do “pânico moral”. Por fim, é feita a comparação entre as duas situações.

A “nova direita” brasileira e a bancada evangélica

Córdova aponta a emergência, em toda a América Latina, de novas formas de direita religiosa e evangélica. Isso se contrapõe a uma história regional na qual o protestantismo, no início do século XX, teve papel progressista, por exemplo, com a defesa do Estado laico. O autor interpreta esse fato a partir do modo de conversão religiosa dominante desde a década de 1980, no qual se desenvolvem referências religiosas “contrárias às mudanças sociais e culturais que possam afetar a família tradicional patriarcal”¹ (CÓRDOVA, 2014, p. 123).

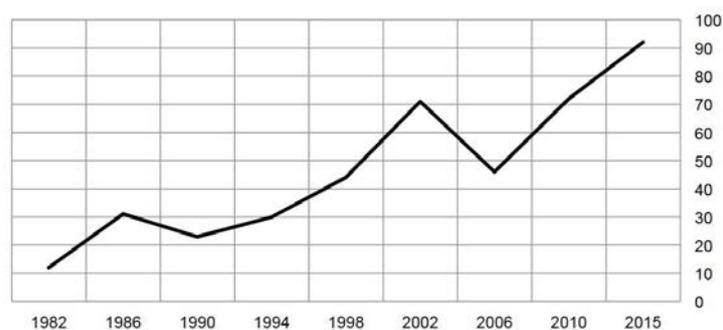
Os estudos que analisam os políticos religiosos no Brasil, particularmente os pentecostais, notam que eles atuam, sobretudo, em relação a avanços sociais de certos grupos, ajudando a dar forma a uma “nova direita”, cujas características são “uma combinação de reação moral e cultural, oposição ao desenvolvimento e/ou manutenção do Estado de bem-estar social” (COWAN, 2014, p. 105).

¹ No original: “contrarias a los cambios sociales y culturales que puedan afectar a la familia tradicional-patriarcal”.

A criação de uma “bancada evangélica” remonta à Constituinte de 1988, e pode ser explicada por dois receios quanto à nova Carta: o abrandamento moral (com a descriminalização do aborto) e os freios legais ao crescimento dos (neo)pentecostais, a partir de articulação entre católicos e a esquerda (MARIANO, 2011; SILVA, 2017). Eleitos com o slogan “irmão vota em irmão”, a atuação parlamentar dos evangélicos se contrapôs aos grupos progressistas em temas morais (como a sexualidade) e econômicos (pró-economia de mercado), conquistando um subproduto relevante: concessões de rádio e TV (CUNHA, 2007).

A capacidade de mobilização popular e eleitoral das igrejas relaciona-se a mudanças no perfil religioso da população brasileira, com crescimento do protestantismo², que torna possível a eleição de representantes legislativos. O Gráfico 1 evidencia o (quase sempre) contínuo crescimento da “bancada evangélica”, isto é, parlamentares da Frente Evangélica Parlamentar (FEP).

GRÁFICO 1. Número de deputados federais da “bancada evangélica” entre as eleições de 1982-2015



Fonte: Silva (2017, p. 247)

O único momento de queda do número de deputados é em 2006, quando a bancada perdeu quase metade de seus representantes devido aos escândalos do “mensalão” (2015) e da “máfia das ambulâncias” (2016). Isso fez com “que algumas denominações recuassem no discurso de restauração da ética na política e passassem a enfatizar outros elementos, como o ideário da família tradicional” (SILVA, 2017, p. 246).

Os evangélicos tendem a se alinhar com os parlamentares da “bancada católica”, principalmente em questões morais, mas também em alguns temas sociais (ALVES, 2016; SILVA, 2017). O chamado movimento de Renovação Carismática Católica (RCC), vertente conservadora mais atual da religião, passou a imitar muitas das práticas dos pentecostais para ingressar no ambiente político-

² Tanto o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto levantamentos como o do instituto Datafolha apontam a mesma tendência de queda do número de católicos e crescimento de evangélicos (em suas diferentes denominações). Para o instituto mencionado, em 2016, os evangélicos eram 29% da população (em 1994, eram 14%) e os católicos somaram 50%, contra 75% em 1994 (ALVES, 2017).

partidário (SILVEIRA, 2008). Os dois grupos possuem aspectos convergentes: litúrgicos, teológicos e a preocupação com o uso da mídia (SILVA, 2017)³.

O Poder Legislativo é visto por grande parte dos evangélicos como o âmbito privilegiado de sua participação política⁴. Isso ocorre tendo em vista que, por um lado, a ocupação desses espaços permite propor ou reagir contra os ordenamentos legais e influenciar as políticas públicas. Por outro lado, a estratégia eleitoral utilizada pelas igrejas adota, geralmente, um “modelo institucional” (ORO, 2003), desenvolvido pela neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que possui uma estrutura organizacional centralizada que favorece essa estratégia.

Nesse caso, as candidaturas são construídas nas igrejas, vinculando o candidato à instituição. O carisma institucional é muito mais importante do que o do candidato (SILVA, 2017). Defende-se que, ao menos em parte, o sucesso eleitoral dos candidatos pentecostais deve-se ao fato de que seus fiéis têm sido recrutados nos estratos econômicos mais baixos e são, portanto, pessoas mais suscetíveis à influência da liderança religiosa (MACHADO, 2005).

Os pilares teológicos do neopentecostalismo, a Teologia do Domínio (com uma cosmologia dualista, afirmando que, para situar-se na luta do “bem” contra o “mal”, o indivíduo deve fortalecer-se espiritualmente) e a Teologia da Prosperidade (que defende que o homem de fé está destinado a ser próspero no mundo terreno) favorecem o diálogo com grupos econômicos em busca de ascensão.

Interpretar o crescimento político dos evangélicos somente como algo estritamente religioso, entretanto, parece equivocado. Como discute Mariano (2011), o fenômeno decorre da própria cultura política nacional: a ocupação religiosa da esfera pública tem sido estimulada pelos próprios dirigentes partidários.

A conquista de cargos no Executivo também se coloca no horizonte dos evangélicos, apesar da mencionada preferência pelo Legislativo. Nesse sentido, é significativa a eleição, em 2016, do prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (sobrinho de Edir Macedo, criador e principal liderança da IURD), que é também bispo (licenciado) dessa igreja. Nesta eleição, ele conseguiu superar rejeições sofridas (MARIANO e OLIVEIRA, 2009) por sua associação com a IURD.

Apesar de reconhecerem que a bancada evangélica dá visibilidade e caracteriza uma nova presença na cena pública nacional de tais igrejas, Prandi e Santos afirmam que esse grupo “ainda não se mostrou capaz de orientar com eficácia e legitimidade nenhuma mudança de rota nos rumos do Brasil” (2017, p.

³ Silva (2017) observa que era difícil aferir o peso dessa bancada, no entanto, em 2015, com a criação da Frente Parlamentar Mista Católica, contando com 209 deputados federais e cinco senadores, foi possível ter uma noção mais precisa da representatividade desse grupo.

⁴ Nota-se, assim, a percepção da importância de ocupar certos espaços, como a presidência da Comissão de Direitos Humanos do Congresso, em 2012, e mesmo a presidência da Câmara, caso do deputado ligado à igreja Assembleia de Deus (AD) Eduardo Cunha.

210). No entanto, eles reconhecem, assim como outros autores, a força do engajamento *reacionário* dos evangélicos, que se volta, sobretudo, para o terreno moral, o “nosso [dos evangélicos] terreno”, de que fala Cowan (2014).

Ou seja, é muito mais provável que eles atuem para se opor à criminalização da homofobia do que para propor a criminalização da homossexualidade, por exemplo. Seja na sociedade, seja no parlamento, a religião, evangélica ou não, quando procura se impor, age como um freio ao avanço da modernidade, não mais como ideologia orientadora da ação, como guia para todos [...]. (PRANDI e SANTOS, 2017, p. 202)

Como veremos, esse teor reativo é claro, de maneira vitoriosa, no caso do “kit gay”. E a importância da articulação política do grupo ganhou mais visibilidade e relevância com o forte apoio dado pelos deputados evangélicos ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Durante a votação, a “maioria dos(as) parlamentares justificou seus votos com base em Deus, suas igrejas e pela família cristã”, indicando “a presença expressiva de representantes políticos vinculados a denominações cristãs no Congresso brasileiro” (SILVA, 2017, p. 249).

Os evangélicos e a mídia

Afirma-se que os protestantes criaram uma cultura peculiar e distinta na concorrência com outras religiões, com forte dependência dos meios de comunicação para conquistar legitimidade (CAMPOS, 2004). O teor missionário da fé protestante aliou-se à expansão da cultura impressa, o que se relaciona com a centralidade da leitura da Bíblia no protestantismo “histórico”⁵.

Posteriormente, os meios de comunicação modernos (rádio, televisão, internet) também passaram a ser agentes da religião. Aqui, mais do que uma linha de continuidade, nota-se uma clivagem entre os evangélicos e suas relações com os meios. Enquanto os “históricos” possuem uma teologia mais racionalista, na qual o protestantismo como “religião do livro” tem ênfase, os “neo/pentecostais” valorizam mais a iluminação interior e o emocionalismo, razão pela qual seu estilo de comunicação adaptou-se fortemente aos meios eletrônicos (CAMPOS, 2008).

Assim, nos Estados Unidos (origem do neopentecostalismo), o enlace entre a mídia e a religião protestante deu forma ao chamado “televangelismo”, com a transmissão de cultos no rádio e na televisão, neste caso, a partir da década de 1960, bem como a criação de programas de caráter religioso. As práticas estadunidenses influenciaram os evangélicos brasileiros. Os programas de

⁵ Os luteranistas, calvinistas, batistas, metodistas e outras denominações que surgiram antes do movimento pentecostal, que ganhou força nos Estados Unidos no início do século XX. Vale notar, ainda, que o termo “neopentecostal” é reservado às igrejas surgidas a partir da década de 1970.

televangelistas como Jimmy Swaggart e Rex Humbart foram veiculados, por meio da compra de horário, em emissoras de televisão no país.

Embora evangélicos brasileiros, principalmente os neopentecostais, tenham utilizado, e continuem a usar, o rádio e a imprensa como veículos de pregação, talvez o principal marco de sua entrada na mídia seja a inserção no mercado televisivo, com a compra da Rede Record de Televisão pela IURD, em 1989. Esta emissora já possuía cobertura nacional e passou a ser modernizada pela igreja. O movimento feito pela IURD, que parte da sublocação de horários nas grades de programação de rádios e televisões para a compra de emissoras, é almejado por outras igrejas, no entanto, depende de estrutura empresarial que poucas atingem.

É relevante notar que a compra da TV Record foi a culminância de um longo processo de envolvimento da Universal com a mídia, pois Edir Macedo, desde cedo, adotou a evangelização eletrônica. Antes de se tornar o líder único da IURD, Macedo apresentava um programa religioso popular de rádio. O extraordinário crescimento da Universal, em período relativamente curto de tempo, deve-se, em certa medida, ao uso dos meios eletrônicos. Para Mariano (2004, p. 130):

Por sua capacidade ímpar de introduzir a igreja, sua mensagem e seu apelo religioso nos lares, o evangelismo eletrônico apresenta a vantagem de poder alcançar aqueles que não possuem contato ou relação de confiança, amizade e parentesco com fiéis da denominação.

Porém, a ocupação do espaço midiático pelos evangélicos⁶ não possui somente razões de proselitismo, que se associam à forte concorrência entre igrejas (CAMPOS, 2008). Martino (2014) observa que a aquisição de visibilidade pela religião representa uma possibilidade de ela se tornar uma interlocutora legítima nas discussões políticas. E isso tem sido explorado pelos grupos neopentecostais, na defesa de suas lideranças e instituições e também no debate público geral.

A mídia como instrumento de defesa dos evangélicos

O escrutínio crítico dos grupos tradicionais de comunicação às igrejas (neo)pentecostais foi sempre a norma, sendo frequentes as acusações às lideranças evangélicas de "exploração da fé"⁷. Porém, a contínua ocupação do espaço

⁶ Além do caso da IURD, várias outras denominações, com maior ou menor sucesso, utilizam os meios de comunicação (geralmente alugando horários da grade de emissoras). Entre outros pastores com presença midiática atual estão Silas Malafaia, da AD, R.R Soares, da Igreja da Graça, Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial, e Agenor Duque, da Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus.

⁷ Ao descreverem a trajetória política de Marcelo Crivella, Mariano e Oliveira (2009) recuperam um significativo conjunto de críticas da mídia, por vezes similares às mencionadas, às lideranças evangélicas de diferentes denominações. Campos (2008) também fala das críticas da imprensa ao segmento em meados da década de 2000.

midiático pelos evangélicos deu mais um motivo para a desconfiança: o temor de concorrência desleal. Os proprietários de veículos consolidados perceberam que os órgãos de comunicação das igrejas poderiam sobreviver com o dinheiro dos fiéis.

Particularmente notável é a atuação das Organizações Globo e sua emissora de TV nessa perspectiva de crítica, envolta em um contexto de disputa comercial. No entanto, a IURD hoje pode se defender no espaço público midiático. O ano auge da disputa talvez tenha sido 1995, quando a Rede Globo veiculou, no *Jornal Nacional*, o vídeo de um pastor da IURD que chutava uma imagem de Nossa Senhora, num culto televisivo transmitido pela Record, causando perplexidade entre os católicos. No mesmo ano, a exibição de vídeo “motivacional” no qual Edir Macedo procurava “ensinar” como os pastores deveriam obter donativos também provocou indignação. Em casos desse tipo, as matérias da TV Record, para defender a igreja, tendem a transformar a crítica à IURD numa prova de “perseguição” contra os evangélicos de maneira geral (PEREIRA, 2010).

Cunha (2015) aponta, a partir do ano de 2009, indícios de aproximação entre as Organizações Globo e os evangélicos (como a criação de um selo gospel, pela gravadora do grupo; a inclusão de personagens evangélicos em telenovelas etc.). No entanto, a dinâmica está “ainda em curso e cheia de nuances religiosos, mercadológicos e políticos” (ibid, 2015, p. 72-73), como nota a autora. Além disso, essa aproximação tende a excluir deliberadamente a IURD, e tudo indica que os confrontos entre a mídia comercial evangélica e a Globo persistirão.

É interessante notar que a Rede Record não se estruturou como uma emissora voltada estritamente ao proselitismo e procura adotar um formato “laico” (embora com a defesa de valores evangélicos)⁸, utilizando estratégias de programação comerciais. Isso se relaciona ao seu objetivo de competir no mercado midiático com a principal emissora de TV do país, a Rede Globo. A IURD, entretanto, criou também uma rede com fins exclusivamente religiosos, a TV Universal (antiga TV IURD). Por outro lado, a sublocação de horários da própria Record para a transmissão, nas madrugadas, de programação religiosa da IURD tem sido, há 20 anos, fundamental para a sustentação econômica da emissora⁹.

A estratégia do aluguel de horários é também usual em outras igrejas. Assim, quando circularam notícias sobre possível restrição à prática, os evangélicos se mobilizaram para combater a regulação da mídia, alegando “censura”. E o líder

⁸ Uma justificativa para a própria criação de uma “mídia evangélica”, dada por atores desse grupo, é o antagonismo entre os valores hedonistas e individualistas da mídia tradicional e a cultura dos religiosos conservadores (VITAL DA CUNHA e LOPES, 2012, p. 119).

⁹ Estima-se que a IURD transferiu para Record, em 2016, por esta estratégia, R\$ 575 milhões, o que representou quase 30% do faturamento bruto da emissora no ano mencionado (FELTRIN, 2016). A igreja teria planos para suspender essa prática em 2020 (FELTIN, 2014), de modo a legitimar a Record no mercado publicitário como emissora “laica”, porém nada indica que o aluguel de horários em outras emissoras com fins de proselitismo seria interrompido.

da Assembleia de Deus (AD), Silas Malafaia, dois dias depois de reportagem sobre o assunto (WIZIACK, 2012), publicou no site *Verdade Gospel* o manifesto denominado “O governo e o PT querem controlar a mídia” (MALAFAIA, 2012).

Esse episódio, caracterizado ainda por outras manifestações críticas de parlamentares e da mídia evangélica contra Dilma Rousseff, marca, de acordo com Alves (2016), o momento inicial do afastamento dos pentecostais do governo federal que terá apogeu no amplo apoio do grupo à destituição de Rousseff. Também relevante é a observada coalização desse segmento “com grande parte da mídia brasileira que também vê os seus interesses e poder ameaçados pela regulamentação estatal” (KOREN, 2016, p. 123).

Frente a essa resistência, o Ministro das Comunicações veio a público e comunicou o recuo do Executivo. A preocupação não teve mais nenhum desenvolvimento por parte do governo, cujo padrão de alinhamento à reação voltou a repetir-se no caso do “kit gay”.

O “kit gay” como estratégia de criação do “pânico moral”

Embora nos dois mandatos do governo Lula (2003-2011) não tenha havido avanço em algumas pautas das mulheres e dos grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais (LGBT) – aborto, união civil entre homossexuais, leis criminalizando a homofobia, por exemplo –, alguns pesquisadores e ativistas afirmam que o saldo geral foi positivo. Ações como o programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, e a Primeira Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008, justificam a avaliação positiva da atuação do governo federal. Foi a partir das resoluções da Conferência mencionada que foi elaborado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT (PNPCDH-LGBT), de 2009.

Essa percepção parece ter sido também dos grupos conservadores e da chamada bancada religiosa. Desse modo, quando as demandas desses grupos passaram “a repercutir nos Poderes instituídos, uma reação robusta se manifestou no Legislativo” (LACERDA, 2016, p. 9).

O PNPCDH-LGBT fez diagnóstico sobre a importância da educação envolvendo a diversidade e propôs a criação de um projeto de cooperação público-governamental para as escolas públicas. Esta é a gênese do conjunto de materiais educativos destinados à abordagem e à prevenção ao *bullying* homofóbico em escolas, apelidado pejorativamente pelos críticos conservadores de “kit gay”. Já

nessa forma de nomeação do material percebe-se o posicionamento estratégico dos agentes a ele contrários, com a tentativa de criar um “pânico moral”.

A chave interpretativa dos “pânicos morais”, utilizada por Miskolci (2007) para discutir a questão do casamento homossexual, parece se ajustar bem ao caso do material em questão, como já foi destacado por Vital da Cunha e Lopes (2012). O conceito de “pânico moral” remete à “forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos” (MISKOLCI, 2007, p. 111).

O caráter “moral” desse tipo de pânico relaciona-se aos temores de mudança na ordem social ou nas concepções idealizadas sobre a mesma. A política simbólica do pânico moral opera, como nota Miskolci (2007), por meio de um mecanismo de substituição, no qual um grupo que não pode fazer prevalecer sua opinião no debate público altera os termos da discussão. Desse modo, os agentes do pânico moral não dizem ser contrários aos homossexuais ou à homossexualidade, mas sim à “pedofilia”; não dizem ser contra a discussão da sexualidade e da igualdade entre gêneros na escola ou contra a organização e mobilização política de professores e estudantes, mas sim da “doutrinação”.

A mídia geralmente tem um papel importante na construção dos pânicos morais, na medida em que amplifica as vozes dos atores interessados em promovê-los, desenvolvendo temas relacionados ao temor básico. É possível perceber isso acompanhando o caso do chamado “kit gay”.

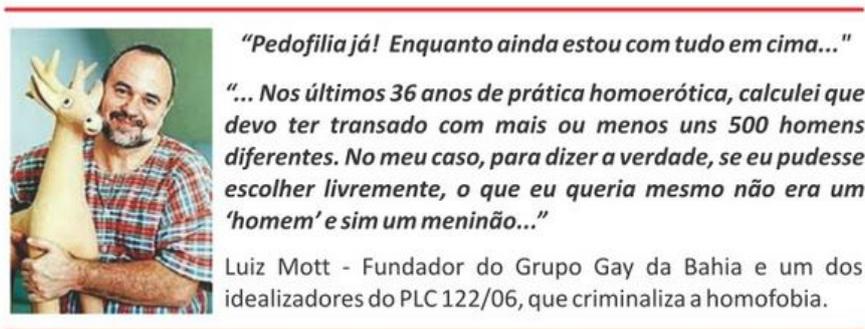
Os materiais educativos, que começaram a ser desenvolvidos em 2008 e que comporiam uma ação educativa do programa Escola Sem Homofobia, foram criados por uma ONG paulista (ECOS – Comunicação em Sexualidade). Eles consistiam em: 1) um caderno de orientação ao educador (“Caderno Escola Sem Homofobia”); 2) seis boletins voltados aos estudantes; 3) cartaz de divulgação do projeto; 4) cartas de apresentação/orientação da iniciativa aos gestores e educadores; e 5) três vídeos educativos com guias de discussão. Também estava prevista uma etapa de formação aos educadores que utilizariam o material.

A controvérsia pública começou em 23 de novembro de 2010, quando, no seminário “Escola Sem Homofobia”, realizado no Congresso Nacional, o material começou a ser apresentado, ainda que com a ressalva de não ter sido aprovado pelo Ministério da Educação (MEC). Afirma-se que o “estopim” da polêmica foi a declaração, em tom de brincadeira, de um dos representantes do MEC, o secretário André Lázaro, quanto a discussões na elaboração do material sobre um beijo na boca entre duas jovens, em dos vídeos (VITAL DA CUNHA e LOPES, 2012, p. 113). Porém, a declaração infeliz talvez tenha sido apenas um pretexto para que os grupos contrários à discussão da sexualidade nas escolas iniciassem ataques.

Assim, em 30 de novembro, o deputado Jair Bolsonaro (então no Partido Progressista do Rio de Janeiro), tendo já participado de programa de TV para falar do assunto, faz um discurso no plenário da Câmara¹⁰, com inverdades (como a de que o material seria distribuído a alunos de sete anos) e distorções/substituições (como a associação entre homossexuais e pedofilia: “Essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada”). Tal discurso levaria os apoiadores do deputado a apelidarem o material de “kit gay”. Em maio do ano seguinte, Bolsonaro produz e divulga um boletim, que ficou conhecido como “Informativo do Kit Gay”¹¹, no qual realiza uma série de distorções ao criticar o conteúdo do PNPCDH-LGBT. Isso ocorre “através da supressão de palavras, ideais e expressões. [...] uma série de adjetivações pejorativas (‘República Gay’, ‘MST Gay’, ‘Programa Primeiro Emprego Gay’, entre outras) que reforçam um discurso normativo e conservador” (GRESPLAN e GOELLNER, 2011, p. 106).

Bolsonaro tenta, assim, criar o “pânico moral”, por vezes a partir de ataques baixos e invenções “irreverentes”. Isso acontece nas “biografias”, inseridas na última página do material, dos “Defensores do Fundamentalismo Homossexual em ação”, conforme se observa na Figura 1. Ao que tudo indica, o antropólogo e ativista Luiz Mott nunca disse “Pedofilia já!”, no entanto, ele possui leve semelhança com um jornalista televisivo de celebridades, notoriamente homossexual, que utilizava o bordão “Dignidade já”.

FIGURA 1. Parte do “Informativo do Kit Gay”, de Jair Bolsonaro



Fonte: <<https://goo.gl/ERS5Lc>>. Acesso em: 20 fev. 2018

O tipo de discurso de Bolsonaro contra o “kit gay” se espalha, mais ou menos atenuado, para os meios de comunicação tradicionais, com destaque para a

¹⁰ Disponível em vídeo em: <<https://goo.gl/uX7bZo>> e transcrito em: <<https://goo.gl/so2ayJ>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹¹ Disponível em: <<https://goo.gl/ERS5Lc>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Rede Record, que produz reportagens alarmistas sobre o assunto¹² (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2017). Nos desdobramentos do caso, os representantes políticos religiosos passaram a se envolver bastante na discussão, atacando o governo e o material educativo, em uma convergência oportunista com os demais conservadores.

Argumenta-se que três pontos, a rigor, alheios ao material educativo, fomentaram o acirramento da posição conservadora. O primeiro foi o reconhecimento pelo STF da união estável entre homossexuais, no julgamento de Ações sobre o tema, no dia cinco de maio de 2011, o que pode ser entendido como um “choque moral”¹³. Como as tentativas de aprovação de legislação desse tipo nunca avançaram no Congresso, o julgamento foi visto como uma vitória pelos ativistas de direitos humanos e como derrota pelos políticos religiosos. Outro aspecto ligado aos homossexuais foi a concomitante discussão de um substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 122/2006, que previa punição para a discriminação “por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”. A bancada religiosa apelidou o projeto de “lei da mordaca”, afirmando que os religiosos poderiam ser “censurados” ao defender posições bíblicas. A proposta acabou arquivada em 2014.

A outra questão envolveu as denúncias de enriquecimento ilícito do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. As frentes religiosas e conservadores, com membros da oposição e também da heterogênea “base aliada”, aproveitam essa crise para barganhar com o governo, propondo a não convocação de Palocci para depor no Congresso em troca da garantia de que o material educativo não seria distribuído às escolas. O governo cedeu.

Muitos evangélicos sentiam que a presidente tinha uma “dívida” com o grupo, por terem defendido (caso de Edir Macedo) a então candidata, durante a eleição presidencial de 2010, da acusação de ser favorável ao aborto. De fato, Rousseff havia dito, antes do primeiro turno, que: “em caso de haver um governo meu, ele ouvirá sistematicamente os grupos religiosos. Essa parceria é estratégica para nós” (BERTOLOTTO, 2010). Reforçando o compromisso, antes do segundo turno, o candidato à vice-presidente Michel Temer procurou as lideranças religiosas. É possível dizer, por isso, que houve “um movimento claro de adesão de Dilma a valores conservadores” (VITAL DA CUNHA e LOPES, 2012, p. 100).

Nesse sentido, uma das últimas declarações da presidente antes do fim do debate sobre o material anti-homofobia, de que “não vai ser permitido a nenhum

¹² Por exemplo: <<https://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/comentario-de-ex-secretario-do-mec-sobre-kit-gay-causa-indignacao-21102015>>. Acesso em 20 fev. 2018. A matéria utiliza o termo “kit gay”, naturalizando-o.

¹³ O “choque moral” (JASPER, 2014, p. 69) difere da noção de “pânico moral”, pois remete a um evento perturbador para determinado grupo que favorece o recrutamento e a mobilização para uma causa. É o caso da aprovação do aborto, na década de 1970, nos Estados Unidos, que se associa ao surgimento da direita religiosa no país.

órgão do Governo fazer propaganda de opções sexuais” (DAMÉ, 2011) era incoerente com a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores, mas não com a dinâmica da campanha eleitoral de 2010.

O fiasco do “Monitor da Doutrinação” e o Escola Sem Partido

No dia seis de dezembro de 2017, o jornal digital paranaense *Gazeta do Povo* lançou uma plataforma na internet dedicada a receber “relatos de doutrinação ideológica nas salas de aula brasileiras, que seriam publicados após rigorosa apuração jornalística” (GAZETA DO POVO, 2017). Porém, já no dia dez daquele mesmo mês, a empresa suspendeu a iniciativa, alegando que, após reflexão motivada por críticas de leitores e sindicatos, concordara com o argumento de que a ideia poderia incitar um clima de denunciismo e de perseguição nas escolas.

Embora heterodoxa, a iniciativa inicial da *Gazeta do Povo* não era inconsistente com a linha editorial que o jornal vem adotando. Em abril de 2017, o veículo publicou vários textos para esclarecer suas “convicções”¹⁴. Anteriormente, contratou colunistas alinhados com sua tendência, entre eles, Leandro Narloch (colunista da revista *Veja* e autor de “guias politicamente incorretos” de História), Ricardo Amorim (economista, colunista do site do Instituto Millenium, que promove ideias liberais) e o também economista Rodrigo Constantino (ex-colunista de *Veja* e presidente do Conselho do Instituto Liberal). O próprio Constantino (2017) nota, ao comentar o projeto editorial, que “a *Gazeta* investiu pesado nessa ocupação de território mais à direita, assumiu riscos, deu a cara à (sic) tapa. Pergunto ao meu leitor: como não retribuir esse ato corajoso?”.

A “coragem” do projeto liberal-conservador¹⁵ do jornal, no caso do “Monitor da Doutrinação”, entretanto, não foi duradoura. Essa iniciativa está alinhada com a agenda conservadora do movimento Escola Sem Partido (ESP), que já fora elogiada em editorial anterior do jornal, pois “realiza um trabalho extraordinário, dedicando-se a recolher e denunciar episódios de ideologização do ensino em todo o Brasil” (A ESCOLA, 2014). Nesse texto, entretanto, o jornal critica a via legal adotada pelo ESP para resolver o problema, pois, além de defender que os casos de doutrinação sejam resolvidos entre pais e escolas, nota que “a lei cria o risco de um denunciismo estéril, quase uma macarthização escolar”.

¹⁴ Ver <<https://goo.gl/jPPz9Z>>. Acesso em 20 jan. 2018.

¹⁵ Isto é, liberal em matéria econômica e conservador em termos de costumes. Como nota Constantino (2017): “vários liberais clássicos entenderam a importância dos valores morais para uma sociedade livre. Liberais não devem confundir libertinagem com liberdade”.

A despeito dessa posição, o jornal, antes o mesmo do “Monitor”, publicara várias reportagens relacionadas ao tema da “doutrinação”, parte delas refletindo a ampliação de interesses que o ESP passou a ter.

Antes de explicar esse ponto, vale descrever, de maneira sintética, o que é o ESP. Criado em 2004 pelo advogado e procurador Miguel Nagib, que se inspirou em iniciativas similares nos EUA, o movimento passou a obter maior visibilidade dez anos depois. Isso ocorreu no contexto de manifestações contra a presidente Dilma Rousseff, quando o ESP recebeu apoio de lideranças e grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre, MBL (ROMANCINI, 2018).

O movimento passou a crescer ao iniciar uma espécie de ativismo legal, incitado por políticos como o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), com apoio à apresentação de Projetos de Lei (PLs), em diferentes níveis, para combater a doutrinação ideológica. Importante também foi ele ter acrescentado a agenda moral a suas preocupações. Miguel¹⁶ (2016), bem como outros autores, observa que o crescimento do ESP ocorreu a partir dessa operação. Assim, estimula-se agora o combate à chamada “ideologia de gênero”, ao lado da preocupação com a “doutrinação ideológica”.

A crítica e as análises do movimento, ora em curso, destacam seu teor conservador, com uma concepção tecnicista da educação, e a ameaça de cerceamento à liberdade e à autonomia do ensino caso os projetos inspirados pelo ESP sejam aprovados (ALMEIDA NETO e SILVA, 2017).

Pelo que se pode apurar por meio de um site que recupera páginas que deixaram de estar on-line¹⁷, o “Monitor da Doutrinação” em sete de dezembro tinha como “Últimas Denúncias” (na parte inferior da página), na verdade, sete reportagens (apresentadas na ordem em que aparecem no site) anteriormente publicadas pela *Gazeta do Povo* sobre a temática, conforme mostra a Tabela 1.

¹⁶ Numa referência ao contexto atual do país, é interesse notar que esse pesquisador, que analisara a questão da “doutrinação” no âmbito do ESP, passou, ele mesmo, a ser acusado de fazer “apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidários” pelo ministro da Educação (O MEC, 2018) por propor uma disciplina de graduação na UnB chamada “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. O ministro recebera, logo após tomar posse, integrantes de movimentos conservadores pró-ESP; no entanto, parecia tentar se afastar do movimento, ao criticar as iniciativas legais inspiradas por ele (CRUZ e CRUZ, 2017). Nesse sentido, sua atitude, com pedido para que Miguel seja investigado, é ambígua.

¹⁷ WayBackMachine, disponível em: <<http://www.waybackmachine.org>>. Acesso em 20 fev. 2018.

TABELA 1. Matérias associadas ao “Monitor da Doutrinação”

Data	Título da Matéria	Local
24/10/2017	USP faz evento por “criança viada travesti”	São Paulo - USP
11/10/2017	Drag queen dá “aula” sobre papéis de gênero	Juiz de Fora - Colégio João XXIII
10/10/2017	Aula de química tem “Fora Temer” no quadro	Vila Velha - Escola Estadual Godofredo Schneider
09/10/2017	Sindicato gaúcho usa alunos em protesto	Porto Alegre - Ensino Fundamental
28/09/2017	Governo do Espírito Santo promove ideologia de gênero	João Neiva - EEEFM João Neiva
22/09/2017	Atividade de escola estadual tem beijo lésbico	Uiraúna - Escola Estadual José Duarte Filho
18/08/2017	MST promove doutrinação em Instituto Federal	Chapecó - Instituto Federal Catarinense

Fonte: <<https://goo.gl/p236Ly>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Pelos títulos das reportagens, é possível ver como a “doutrinação moral” adquiriu importância, sendo que quatro das matérias são dirigidas a ela, enquanto as outras três à “doutrinação política”. O “Monitor” tinha outras páginas, mas que não foram possíveis de recuperar. Assim, é difícil saber se ele teve adesão ou não, servindo apenas para “requentar” material já publicado pelo jornal.

Embora o jornal informe não apoiar as iniciativas legais do ESP, por determinados posicionamentos, bem como pela cobertura noticiosa que promove à causa (e com nuances de estímulo ao “pânico moral”), há alinhamento entre o veículo e o movimento em questão. Assim, pela via da crítica à “doutrinação política” interpela os setores conservadores e, pela questão “moral”, os religiosos.

Existiria aqui uma estratégia de ocupação de mercado, a partir de um segmento conservador. Nesse sentido, aquilo que se pode entender como o “populismo” do ESP se articula a uma forma de “populismo midiático” praticada pela *Gazeta do Povo*. No caso do ESP, é possível notar, como características populistas do movimento, o seu teor antissistema, bem como o caráter excludente, separando as pessoas em “boas” e “más”, sendo estas últimas vistas como antagonistas a serem derrotados (HAMELEERS et al., 2017).

Já o “populismo midiático” possui, conforme a discussão de Mazzoleni (2014), duas definições atuais correntes. A primeira destaca o caráter da mídia contemporânea, de maneira geral, e a segunda o elemento ideológico que ela possui. Nesse sentido, a primeira definição remete a uma orientação fortemente dirigida ao mercado e em associação com o “infoentretenimento” nas coberturas jornalísticas. De modo a tornar as notícias mais palatáveis (e, na era das redes

digitais, propagáveis), a opção preferencial é por torná-las mais simplificadas e personalizadas. Se a situação é exótica, inesperada (um valor-notícia clássico), melhor ainda.

Encontramos esse tipo de estratégia na associação entre uma universidade de prestígio e a “criança viada” ou no fato de uma *drag queen* “dar aula” numa escola (nas duas primeiras notícias da Tabela 1). Em parte, nas notícias políticas da mesma tabela, o caráter de “escândalo” que se tenta imprimir aos acontecimentos, conforme os títulos, tem um teor populista similar – buscando incriminar o que os *antagonistas* fazem.

A segunda definição diz respeito a como os conteúdos da mídia podem associar-se ideologicamente aos movimentos políticos. Nas reportagens da *Gazeta do Povo* relacionadas ao ESP, que parecem fortalecer o movimento, isso tende a ocorrer, embora, em editorial, o jornal afirme não endossar totalmente a iniciativa.

Considerações finais

Em que os casos analisados se assemelham e em que diferem? As semelhanças são: o agrupamento conservador, o elemento moral e religioso (este mais no primeiro caso), as tentativas de criar “pânico moral” a partir das situações de mudança social (sobretudo, também, no primeiro caso) e no “populismo midiático” (mais característico do segundo, embora a “mídia alternativa” de Jair Bolsonaro possa ser considerada populista).

Já no âmbito das diferenças, em primeiro lugar, claro, está o resultado. No caso do “kit gay”, ele se explica pela lógica eleitoral brasileira, na qual a dissociação entre os resultados presidenciais e do Legislativo é comum. Desse modo, o governo eleito, além de conviver com a oposição, precisa compor “bases aliadas” heterogêneas. As “parcerias estratégicas”, para usar o termo de Dilma Rousseff em relação aos evangélicos, estão sujeitas ao tipo de tensão que vimos aqui. E, mais fundamental ainda, as minorias possuem certo poder de veto.

Esse poder não deve ser superestimado, como nota Veloso (2016, p.39), numa análise da atuação da Frente Evangélica Parlamentar, pois isoladamente ela só consegue obter resultados favoráveis protelatórios.

A concretização do poder de veto, de fato, se dá apenas quando existe uma parte considerável dentro da [Câmara dos Deputados] CD que concorde com seus posicionamentos ou quando o definidor da agenda legislativa atua diretamente como ator com poder de veto no espaço interno para barrar o andamento de projetos de lei que não convenham com suas convicções pessoais, sobretudo quando este faz parte da composição desta frente parlamentar.

Essa estratégia da direita religiosa pode ser associada a um padrão mais geral dos conservadores da “nova direita” brasileira, que, para Delcourt, adotam uma “estratégia de oposição assimétrica no debate democrático” (2016, p. 134), ou seja, buscam impedir a governança dos partidos progressistas e não formular políticas. No entanto, é válido indagar, sobretudo no panorama das próximas eleições, se as propostas mais recentes dessa direita, bem como suas formas e estilos de comunicação, tendem a se modificar na direção de estratégias mais propositivas. Talvez isso possa ocorrer pela influência das ações conservadoras em outros países. É sugestivo notar, por exemplo, que a recente defesa de que Ministério da Educação seja fechado, por parte de um ex-ministro do governo Collor (CABRERA, 2018), está alinhada com ações do governo Trump, nos EUA (BAUMAN e READ, 2018). Uma ação desse tipo, que colocaria os currículos e escolas sob o controle de pais e comunidades, pode representar “uma forma mais avançada de ‘escola sem partido’” (FREITAS, 2018).

De qualquer maneira, numa perspectiva mais reativa ou propositiva, as atividades e propostas da direita precisam de apoio social. Nesse sentido, a mídia se mostra importante como agente de convencimento – o “pânico moral” e as estratégias de comunicação populistas podem servir para tanto.

Resta tentar responder por que o “Monitor da Doutrinação” fracassou. Uma das possíveis explicações, de caráter mais geral, pode estar no próprio contexto das situações. Enquanto na primeira havia ainda um partido de esquerda no poder e as críticas sobre o tema eram diretamente associadas a ele, na segunda – no momento atual, pós-golpe parlamentar – estamos sob um governo que agrupa os partidos de centro-direita, incluindo a maioria daqueles que compõem a “bancada evangélica”. Assim, haveria pouco interesse em desgastar o atual governo com essa temática.

Um segundo elemento explicativo, mais centrado na própria mídia, sugere que a adesão à proposta esteve longe de representar ganhos comerciais para o veículo, sendo a “doutrinação” uma temática pouco relevante para a maior parte dos leitores. Por essa via, talvez possamos perceber o atual caráter minoritário da forma de populismo conservador que projetos como o ESP possuem na sociedade brasileira, bem como da própria ultradireita no país.

Outra dimensão midiática possivelmente relacionada ao fracasso do “Monitor da Doutrinação” é a baixa viabilidade de novos e mais radicais projetos jornalísticos de caráter conservador no Brasil atual. Em parte, isso ocorre porque a grande imprensa brasileira já é dominada por veículos que abraçam perspectivas conservadoras (LIMA, 2015). Então, a concorrência existente é elevada. Ao mesmo

tempo, e talvez com mais importância, ocorrem hoje os fenômenos articulados da “autocomunicação de massa” (Castells, 2009), pelas diferentes plataformas digitais nas quais os indivíduos podem se manifestar politicamente, e a emergência de veículos digitais parajornalísticos, voltados à produção de informações enviesadas ou falsas. Conforme apurado em uma pesquisa com apoiadores do Escola Sem Partido no Twitter, essas pessoas conseguem dar repercussão à causa, contornando a cobertura geralmente neutra ou negativa que recebe da imprensa tradicional, pelo forte uso das “informações” desses novos veículos partidários e tendenciosos, por exemplo, o *Jornal Livre* (ROMANCINI, 2018, p. 13-14).

Isso ecoa a tendência, iniciada ou já percebida com mais clareza nos Estados Unidos, de surgimento de um “novo regime midiático”, impulsionado por transformações culturais, econômicas, políticas e tecnológicas, que causa uma “mudança fundamental nos relacionamentos entre jornalismo, política e democracia”¹⁸ (CARPINI, 2018, p. 18). O autor citado observa, nessa perspectiva, o fato de uma pesquisa do site BuzzFeed¹⁹ ter mostrado que as vinte principais notícias falsas sobre a última eleição presidencial nos EUA obtiveram mais reações (comentários, compartilhamentos etc.) no Facebook do que as vinte principais matérias sobre o mesmo assunto produzidas por grandes empresas de mídia.

Esse “novo regime” talvez já tenha sido percebido em 2010 por Jair Bolsonaro, conforme se observa na atuação do político relacionada ao uso da mídia social no caso do “kit gay”. A forma agressiva de expressão adotada por ele caracteriza o “novo regime”, assim como a tendência mais forte ao comercialismo por parte da mídia tradicional (o que explica em certa medida a significativa cobertura de imprensa recebida pelos populistas). Esses aspectos, conforme Waisbord, Tucker e Zoey (2014), indicam uma grande ruptura na comunicação pública contemporânea, que favoreceu a disseminação de argumentos não embasados em fatos e os discursos incivis nos EUA, ajudando a explicar a eleição de Donald Trump.

Assim, o modo como essa ecologia midiática reflete-se no Brasil e se torna um contexto inescapável de atuação dos grupos políticos de qualquer ideologia se apresenta como um tema significativo de pesquisa para a compreensão da comunicação política no país pós-golpe parlamentar.

Referências

¹⁸ No original: “a fundamental shift in the relationships between journalism, politics, and democracy”.

¹⁹ SILVERMAN, Craig. This analysis shows how viral fake election news stories outperformed real news on Facebook. **BuzzFeed News**, 16 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/UygU5V>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

A ESCOLA e a ideologização do ensino. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 dez. 2014. Disponível em <<https://goo.gl/vY7Xhr>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALMEIDA NETO, Antonio Simplicio de; SILVA, Diana Mendes Machado da. Escola Sem Partido ou sem autonomia? O cerco ao sentido público da educação. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Orgs.). **Golpes na História e na Escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez/ANPUH-SP, 2017, pp. 261-276.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição religiosa em ritmo acelerado no Brasil. **EcoDebate**, 18 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Km3gP1>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALVES, Syntia Pereira. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/jSdpYx>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BAUMAN, Dan; READ, Brock. A brief history of GOP attempts to kill the Education Dept. **The Chronicle of Higher Education**, Washington, D.C., 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/KUxUgC>>. Acesso em 22 jun. 2018.

BERTOLOTTI, Rodrigo. Diante de religiosos, Dilma nega ter dito que nem Jesus a derrotaria. **UOL**, São Paulo, 29 set. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/VmJM7T>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CABRERA, Antonio. Pelo fim do Ministério da Educação! **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/4U3rpq>>. Acesso em 22 jun. 2018.

CAMPOS, Leonilson Silveira. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, n. 61, mar.-maio 2004, pp. 146-163.

_____. Evangélicos e Mídia no Brasil – Uma História de Acertos e Desacertos. **Revista de Estudos da Religião**, ano 8, set. 2008, pp. 1-26.

CARPINI, Michael X. Delli. Alternative facts: Donald Trump and the emergence of a new U.S. media regime. In: BOCZKOWSKI, Pablo J.; PAPACHARISSI, Zizi (Eds.). **Trump and the media**. Cambridge, MA; London: The MIT Press, 2018, pp. 17-24.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CONSTANTINO, Rodrigo. As convicções filosóficas da *Gazeta do Povo*: conservadores e liberais ganham voz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 maio 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/wYFYx5>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CÓRDOVA VILLAZÓN, Julio. Viejas y nuevas derechas religiosas en América Latina: los evangélicos como factor político. **Revista Nueva Sociedad**, n. 254, nov.-dic. 2014, pp. 112-123.

COWAN, Benjamin Arthur. "Nosso Terreno". Crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. **Varia História**, v. 30, n. 52, jan.-abr. 2014, pp. 101-125. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000100006>.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A Explosão Gospel**. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. Chaves teórico-interpretativas da intensa aproximação das Organizações Globo com o segmento evangélico no Brasil: audiência, mercado, política e poder. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 31, maio-ago. 2015, pp. 59-75.

CRUZ, Fernanda; CRUZ, Elaine Patricia. Ministro critica leis municipais que preveem a implantação do Escola sem Partido. **Agência Brasil**, Brasília, 03 de out. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/2fxK48>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DAMÉ, Luiza. Dilma diz que 'não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/gHeKJU>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DELCOURT, Laurent. Um *TeaParty* tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 36, jan./jun. 2016, pp. 126-139. Disponível em: <<https://goo.gl/VUan9u>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FELTRIN, Ricardo. Igreja Universal faz planos de deixar a Record até 2020. **F5**, São Paulo, 09 jun. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/1JciG2>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Por madrugadas, Igreja Universal pagará este ano à Record R\$ 575 milhões. **UOL**, São Paulo, 24 dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/TyQynb>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Cabrera, o fim do MEC e a USPIE. **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL** – Blog do Freitas, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/y7yfJr>>. Acesso em 22 jun. 2018.

A ESCOLA e a ideologização do ensino. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 dez. 2014. Disponível em <<https://goo.gl/vY7Xhr>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GAZETA do Povo tira do ar “Monitor da Doutrinação”. Entenda por quê. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 dez. 2017. Disponível em <<https://goo.gl/igHpCd>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GRESPLAN, Carla Lisbôa; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **FACED**, n. 19, jan.-jun. 2011, pp.103-122.

JASPER, James M. **Protest**: a cultural introduction to social movements. Cambridge: Polity, 2014.

KOREN, Jonas Christmann. **Ministério Silas Malafaia**: evangelizando à direita (2000-2013). 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Rondon, PR, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/76tkop>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

HAMELEERS, Michael; BOS, Linda; DE VREESE, Claes H. The appeal of media populism: the media preferences of citizens with populist attitudes. **Mass Communication & Society**, v. 20, n. 4, 2017, pp. 481-504. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/15205436.2017.1291817>.

LACERDA, Marina Basso. “Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/aXfCxB>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 91-113.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, maio-ago. 2005, pp. 387-396.

MALAFIA, Silas. O governo e o PT querem controlar a mídia. **Verdade Gospel**, 05 jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/oRGhzF>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, set.-dez. 2004, pp.121-138. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010>.

_____. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, v. 11, n. 2, maio-ago. 2011, pp. 238-258. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>.

MARIANO, Ricardo; OLIVEIRA, Rômulo Estevan Schembida de. O senador e o bispo: Marcelo Crivella e seu dilema shakespeariano. **Interações - Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 6, 2009, pp. 81-106.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, maio-ago. 2014, pp. 7-26. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141401>.

MAZZOLENI, Gianpietro. Mediatization and Political Populism. In: ESSER, Frank; STRÖMBÄCK, Jesper (Eds.). **Mediatization of Politics: Understanding the Transformation of Western Democracies**. New York: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 42-56.

MEC vai acionar MPF contra disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/XXktMv>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, v. 7, n. 3, 2016, pp. 590-621. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2016.25163>.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, jun. 2007, pp. 101-128. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais": o discurso inaugural no "desagendamento" do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 1, jan.-mar. 2017, pp. 125-152. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p125-152>.

PEREIRA, Leandro Ferraz. Cidadão Macedo: o império midiático do bispo. **Cad. Pesq. Cdhis**, v. 23, n. 2, jul.-dez. 2010, pp. 545-561.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas**, v. 3, n. 1, 2003, pp. 97-109. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2003.1.111>

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, 2017, pp. 187-214. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>

ROMANCINI, Richard. “Vamos tirar a educação do vermelho”: o Escola Sem Partido nas redes digitais. **E-compós**, v. 21, n. 1, jan.-abr. 2018, pp. 1-28. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.v21i1.1474>

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica** – Revista de Estudios Latinoamericanos, v. 64, 2017, pp. 223-256. DOI: <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56799>

SILVEIRA, Emerson. Terços, ‘Santinhos’ e versículos: a relação entre católicos carismáticos e a política. **Revista de Estudos da Religião**, ano 8, mar. 2008, pp. 54-74.

VELOSO, Danielle Silva. **O poder de veto da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados**. 2016. 52 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/66dwRw>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WAISBORD, Silvio; TUCKER, Tina; LICHTENHELD, Zoey. Trump and the great disruption in public communication. In: BOCZKOWSKI, Pablo J.; PAPACHARISSI, Zizi (Eds.). **Trump and the media**. Cambridge, MA; London: The MIT Press, 2018, pp. 25-32.

WIZIACK, Julio. Dilma quer acabar com aluguel de horário na TV. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/8gTvr2>>. Acesso em: 10 jan. 2018.